PAT-OK
PC-OK

Associações de Agricultores Familiares: uma Alternativa de Convivência no Semi-Árido

O Caso de Massaroca (Juazeiro, BA)

Edonilce da Rocha Barros[1]
Eric Sabourin[2]
José Isac G. Peres[3]
Patrick Caron[4]

Introdução

Este trabalho é fruto da cooperação entre a equipe de extensionistas da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola-EBDA, de Juazeiro, os pesquisadores do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento-Cirad/Departamento de Sistemas Agroalimentares e Rurais-SAR e da Embrapa Trópico Semi-Árido, que atuam juntos para implementar métodos e instrumentos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D com as comunidades rurais da região de Massaroca, Município de Juazeiro (BA).

A primeira parte resume algumas características do espaço trabalhado, com base em trabalhos anteriores (Rolin, 1987; Poudevigne et al., 1989; Tonneau, 1994; Santana et al., 1994; Upagro, 1995). Após quase dez anos de apoio à experiência de desenvolvimento local das comunidades rurais da região de Massaroca, a equipe técnica da EBDA, Cirad-SAR

[1] Mestre em Sociologia. Técnica de Desenvolvimento Rural da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola — EBDA. Professora da Universidade do Estado da Bahia — Uneb/FFCLJ.
[2] Sociólogo e Eng. Agrônomo, Técnico da Cooperação Francesa — Cirad-SAR/Embrapa Semi-Árido.
[3] Técnico de Desenvolvimento Rural — EBDA.
[4] Veterinário e geógrafo, consultor da Cooperação Francesa - Cirad-SAR.

e Embrapa Trópico Semi-Árido iniciou, em 1994, um processo de acompanhamento das organizações de produtores, com duplo objetivo, ou seja, de avaliação em andamento dos projetos locais e de sistematização metodológica do apoio às organizações de produtores. Esse trabalho foi desenvolvido em dois níveis: nas associações comunitárias e na federação dessas associações: o Comitê de Associações Agropastoris de Massaroca-Caam.

A segunda parte aborda, de maneira sucinta, a dinâmica associativa das comunidades, a partir da experiência de organização das associações dos pequenos produtores de Massaroca, e apresenta alguns resultados e dificuldades, evidenciando, sobretudo, os problemas e sua expressão.

Nas considerações finais, ressalta-se a importância de uma metodologia adaptada à diversidade do público, assim como ao ambiente agroecológico trabalhado.

O Espaço Agrário em Massaroca

Caracterização geral do Município de Juazeiro

Situado à margem do Rio São Francisco, Juazeiro, sede do município, está a 500 km de Salvador, capital do Estado da Bahia. Juazeiro sempre foi "ponto de passagem", de transporte e de comercialização. É constituído de sete distritos: Itamotinga, Carnaíba do Sertão, Junco, Juremal, Massaroca, Abóbora e Pinhões.

Seu clima é árido e semi-árido, com inclusão total no "polígono das secas". A temperatura média anual é de 24,2°C, com período chuvoso de novembro a março e outro seco de abril a outubro, com precipitação pluviométrica anual oscilando entre 400 e 500 mm, extremamente variável, tanto no total como em sua distribuição.

A cidade de Juazeiro está situada na área da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Além desse importante curso d'água, conta com outro rio, perene até pouco tempo (anos 80) — o Rio Salitre (Barros, 1992).

Existem outros rios temporários, também afluentes do São Francisco, situados à margem direita, e que fluem na estação chuvosa, formando a rede hidrográfica responsável, em parte, pela forma de ocupação desse espaço rural.

As comunidades rurais da região de Massaroca

Localizada a 57 km da sede municipal, na direção sul, Massaroca é a imagem viva da grande diversidade de situações ambientais observadas no trópico semi-árido brasileiro.

O início da ocupação do espaço, em Massaroca, aconteceu na segunda metade do século XVIII, em conseqüência da crise que se abateu sobre o criatório na Região Nordeste. Essa crise consistiu na decadência da economia açucareira, demandadora de animais de tração e carne e na emergência do Estado de Minas Gerais como principal pólo de criação (Furtado, 1972). Ela se traduziu, no sertão do São Francisco, na venda e divisão de grandes fazendas, dando lugar ao início do desenvolvimento de uma pequena agricultura familiar.

A característica mais marcante da região, como de grande parte do Nordeste do Estado da Bahia, é a existência de comunidades rurais baseadas em relações familiares antigas e dispondo de um espaço fundiário comum, chamado localmente de fundo de pasto[5]. Muitas vezes, esse espaço é considerado como um patrimônio fundiário comunitário (Caron et al., 1992).

A evolução dos sistemas de produção

Tradicionalmente, a área coletiva, ou fundo de pasto, era destinada ao criatório bovino (pastoreio em área de livre acesso) e à retirada de madeira e lenha, ao passo que as parcelas individuais cercadas eram destinadas aos cultivos alimentares (milho, feijão, mandioca).

[5] Segundo Rolim (1987), convencionou-se chamar de fundo de pasto as propriedades coletivas ocupadas, de modo geral, por uma comunidade, onde se realiza como atividade predominante o pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, uma associada pecuária e agricultura itinerante.

A partir da construção da rodovia Salvador—Juazeiro, nos anos 50, apareceram alguns cultivos de renda, a exemplo do algodão, mamona, sisal e, hoje, melancia de sequeiro. No entanto, o sistema de produção dominante continua sendo a pecuária extensiva em campo aberto. Com a diversificação da agricultura e a integração ao mercado, as áreas cercadas para os cultivos aumentaram, enquanto as áreas de caatinga são sempre destinadas à criação do rebanho.

Até a década de 50, a pecuária bovina era a principal atividade. Após esse período, em conseqüência da redução do tamanho das propriedades, do acesso ao mercado, das estradas, dos curtumes e da valorização dos pequenos animais (carne e couro), a exploração pecuária evoluiu para a paridade, em termos econômicos, entre bovinos e caprinos ou ovinos. Hoje, a criação de pequenos ruminantes (caprinos/ovinos) é a principal fonte de renda dos agricultores, oriunda da pecuária, superando geralmente a do rebanho bovino (Embrapa, 1994).

Essa fonte de renda constitui ainda uma das poucas alternativas de capitalização para os pequenos agricultores, aproveitando a pastagem da propriedade comunitária.

O espaço disponível ainda é importante, embora haja um processo acelerado de cercamento da terra. Além da diversificação dos cultivos, em conseqüência da redução da pluviometria e do risco de seca prolongada, hoje, é necessário constituir reservas de forragens, cercando áreas de pastagem natural (caatinga) para, eventualmente, implantar pastagens artificiais (capim-buffel — *Cenchrus ciliaris*). Essa tendência foi acelerada pela introdução do arame farpado, pelo acesso ao mercado e ao crédito que permitiu realizar o investimento nas cercas. É um processo que, na realidade, vem transformando um sistema de pastagem coletivo aberto, por meio da apropriação individual do uso dos recursos.

Os recursos hídricos de superfície são restritos a riachos temporários e a algumas lagoas e caldeirões de pedras que secam na época de estiagem. Os recursos em água subterrânea são de substancial importância, porém a água, por vezes, é salobra. São utilizáveis para consumo animal e eventualmente para pequenas irrigações de salvação.

Quanto às demais atividades produtivas, as semelhanças entre as comunidades também são bastante acentuadas. Comumente cultivam o feijão-macassar, a mandioca, o milho, a batata, a abóbora, o maxixe e o guandu, durante o período das chuvas, para atender a demanda familiar. A mamona, o sisal e o algodão eram as principais culturas de renda. Hoje, a melancia de sequeiro assumiu esse papel, sendo a única cultura cuja safra conseguiu, em certa oportunidade, dar uma renda equivalente a 20 salários mínimos ao produtor. Associando-se à agricultura e à pecuária, outras atividades são exercidas pelos moradores, como o extrativismo da lenha para padarias e do umbu (fruto de sabor forte e de boa aceitação no mercado) vendido nas próprias comunidades a intermediários que os revendem nos centros de Salvador, Juazeiro, Petrolina e até de São Paulo.

O espaço social

As características marcantes dessas comunidades são as relações de parentesco e de laços de solidariedade. Prevalecem ainda as relações de reciprocidade marcadas pela produção em forma de ajuda mútua (mutirão) e pela proximidade (interconhecimento), fato esse observado nas manifestações sociais: festas, casamentos, enterros, visitas de cova etc.

A proximidade de habitação (habitat agrupado) e a evolução dessas práticas conjugadas com a intervenção externa, definiram os grupos que hoje constituem as Associações Comunitárias.

O compadrio é também um compromisso social levado muito a sério e objeto de grande respeito entre as partes. Além dos mais velhos, também gozam de prestígio e respeito nessas comunidades os rezadores, benzedores e curandeiros. Um elemento que passa a ter uma nova legitimidade ou autoridade entre os grupos é o presidente das associações comunitárias. A análise dos discursos e das práticas e a identificação das redes de relações interpessoais confirmam que o sentimento de localidade é um elemento de coesão social. Portanto, tem propiciado a solidariedade e a organização comunitária. Apesar de existir alguma diferenciação de renda e de padrão de consumo entre as famílias ou grupos, ela não caracteriza uma estratificação acentuada. Os padrões de hierarquia são estabe-

lecidos quase exclusivamente pelo fator etário (acumulação de gado e terras). Mais recentemente, a intervenção externa e o crédito têm provocado uma diferenciação sócio-econômica acelerada, em particular, pelo cercamento das propriedades.

Esses valores configuram um modo de vida e uma cultura específica dessas comunidades devendo, portanto, serem levados em consideração para qualquer tipo de prática.

Um projeto de desenvolvimento local

O Projeto Massaroca[6] reúne, desde 1988, nove dessas comunidades relacionadas por laços de cooperação e de proximidade, e organizadas em torno de ações de crédito, de apoio à produção, de formação, assim como para a implementação de infra-estruturas e equipamentos comuns.

A área do Projeto Massaroca abrange uma população de aproximadamente 900 pessoas distribuídas entre 160 famílias. Essas famílias possuem um rebanho de caprinos e ovinos de aproximadamente 10.000 cabeças e um rebanho bovino de 800 cabeças, sendo também comum a criação de galinhas e porcos (EBDA, 1994).

As comunidades são dotadas de alguma infra-estrutura social e produtiva básica como pequenas barragens, cisternas comunitárias, poços artesianos, prédio escolar, cemitérios, roças comunitárias, casas de farinha, entre outras.

A Dinâmica Associativa das Comunidades

História das associações de Massaroca

Criação e objetivos das associações comunitárias

Foram constituídas nos anos 80 com o apoio da Igreja, influenciada pela Teologia da Libertação (Comunidades Eclesiais de Base — CEBs), e

[6] Convencionou-se chamar de Projeto Massaroca a experiência de Pesquisa e Desenvolvimento implantada em Massaroca, como apoio ao desenvolvimento local. É articulado pelas associações locais e pelo Comitê dessas associações, contando com o apoio de vários órgãos técnicos.

da Emater-BA, por meio da intervenção dos primeiros Projetos Especiais voltados para o Nordeste, a exemplo do PDRI-Nordeste, Projeto Sertanejo, Projeto São Vicente, Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — Papp, entre outros.

As associações foram criadas com dois objetivos iniciais: a) proteção das áreas de fundo de pasto contra a eventual desapropriação das extensões de vertissolos para realizar o projeto de irrigação "Salitrão"; e b) acesso aos financiamentos públicos.

Diante desses dois desafios, a palavra de ordem das comunidades foi "União de todos". Houve uma aceleração na formalização dessas associações, a partir de 1983, quando foi considerada a possibilidade de se incluir no Projeto Nordeste um item específico para a questão do "fundo de pasto".

Cada associação tem seu estatuto, adaptado do modelo da sociedade civil sem fins lucrativos. Reúne como sócios os produtores agropecuaristas membros das comunidades. Todas são administradas por uma Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. A Diretoria é composta de no mínimo cinco membros eleitos para o mandato de um a dois anos. No início, só os homens, sócios cotistas, eram considerados sócios efetivos. Pouco a pouco as mulheres vêm participando e estão recebendo carteirinhas de sócio, assim como os jovens.

O comitê das associações agropastoris de Massaroca e a dinâmica local

O Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca - Caam foi criado em 1989, congregando as nove associações da região. A idéia de sua criação nasceu de uma viagem de intercâmbio de alguns dirigentes das associações comunitárias à França, para uma visita aos agricultores da região de Montpellier, organizados dentro do Comité des Hautes Garrigues. Isso explica a escolha do nome "comitê" para a federação. Ao retornarem da viagem, foi discutida a possibilidade de criação do tal comitê, a exemplo do Comité des Hautes Garrigues, no sentido de conjugar esforços para melhor conduzirem as ações para o desenvolvimento local.

O objetivo da criação do Caam foi precisamente conjugar os esforços das nove comunidades para implementar uma série de projetos de desenvolvimento de interesse global para a população local, tanto do ponto de vista da produção agropecuária, como dos aspectos sócio-econômicos.

De fato, o Comitê é uma associação civil, federando as nove associações comunitárias. A Diretoria e o Conselho Fiscal, (nove membros no mínimo), são eleitos para 2 anos entre o conjunto dos delegados das 9 comunidades (18 pessoas, ou seja, um representante e um suplente).

A Diretoria que gerencia o comitê e seus projetos, reúne-se a cada mês (dia 8). Essa reunião nasceu no ano de 1992, pela necessidade de acompanhar regularmente a gestão do crédito, e foi ampliada depois para outros assuntos. Na época, a diretoria do Comitê e a Comissão de Crédito eram confundidas. Com a ampliação das atividades, esse esquema começou a modificar-se.

Ao longo dos anos foram organizadas comissões temáticas para tratar dos diversos projetos do Comitê (Comissão de Crédito, Comissão de Equipamentos, Comissão de Capacitação e Comissão do Lote Irrigado). Essas comissões discutem, avaliam e acompanham os trabalhos que lhes correspondem.

A sede do comitê (Lagoinha) é o espaço e o lugar de encontro das nove associações, que mobiliza sobretudo dirigentes, delegados, ou membros das comissões temáticas. As festas, as celebrações e os demais eventos sociais (casamentos, funerais, entre outros) reúnem mais gente e são oportunidades de intercâmbios mais amplos.

Além de prestigiar a população local por meio de uma representação considerada superior à das associações comunitárias, o comitê teve sua primeira atuação ligada a um projeto muito popular, o de crédito rural alternativo. Essa experiência foi possível graças à obtenção com a Cooperação Francesa de um fundo financeiro rotativo. Logo, a divulgação da experiência de P&D pelos órgãos de assistência técnica e de pesquisa trouxe a televisão nacional (Globo Rural) a Massaroca, reforçando a "legitimidade" do Caam na região.

As relações com o exterior

O caso das associações

Dadas as dificuldades de acesso à infra-estrutura e ao crédito bancário para os pequenos produtores, as associações tornaram-se instrumento de acesso ao financiamento público, ao crédito ou aos subsídios públicos. Como explica Sperry (1996), no caso de Silvânia (GO), a associação assume um papel de interface entre a sociedade doméstica local e a sociedade moderna (administração, órgãos públicos, economia de mercado).

As associações vêm a ter um papel de representação legal e jurídica no poder político (a escala local só é representada politicamente no município que constitui a unidade administrativa de base no Brasil) e de negociação de projetos e recursos com os poderes econômicos públicos (governo) ou privadas (bancos, organizações não-governamentais, fundações).

Isso acontece apesar da associação não corresponder a uma entidade administrativa, inclusive algumas associações são formadas em comunidades que não pertencem ao Município de Juazeiro, mas ao Município de Jaguarari, por exemplo. Demonstra também a falta de estruturas administrativas de base, entre os indivíduos e o município. Não tendo representação distrital, muitas vezes a comunidade é representada por sua associação comunitária.

Por outro lado, permanecem as estruturas tradicionais que asseguram essa relação entre a população e a administração municipal.
São, por exemplo, os chamados "cabos eleitorais". Geralmente funciona uma estrutura dupla:

- A associação trata de certos assuntos com as administrações;
- O "cabo eleitoral" trata de outros (ou dos mesmos) assuntos com os indivíduos: vereadores, prefeito ou deputados. Em muitos casos existe uma dupla forma de negociação.

De fato, as atividades associativas, isto é, os projetos, são muito ligados à intervenção externa e, portanto, ao poder de negociação dos líderes locais com os diversos poderes locais ou regionais (Coulmin, 1986).

O caso do Comitê

Uma das razões da criação do Comitê foi, precisamente, a necessidade das comunidades terem um órgão de representação externo, que fosse mais abrangente que as associações comunitárias. De fato, além de algumas associações que mantêm relações privilegiadas com técnicos de extensão ou políticos locais, muitos dos contatos com o exterior passam pelo Comitê, essencialmente pela diretoria, eventualmente via comissões temáticas. Outra razão foi, sem dúvida, a própria estratégia da comunidade de Lagoinha para dar mais força às suas próprias reivindicações.

Foi nesse sentido que o Comitê, a partir de sua criação, veio a ocupar o cenário local e municipal, tornando-se um interlocutor de mais fácil acesso e, aparentemente, mais eficiente para a administração e para os órgãos públicos. Pois é mais fácil tratar com uma só organização em vez de nove associações, como era o caso na região de Massaroca.

O Comitê mantém, portanto, relações com as diversas entidades de apoio ao desenvolvimento (Assistência Técnica e Extensão Rural pública, privada, ONG, Centros de Pesquisa, Universidade, entre outras), com a Prefeitura Municipal e suas diversas secretarias (Desenvolvimento Econômico e Interior, Obras e Educação). Também manteve uma cooperação internacional com uma organização de produtores da França.

Entretanto, o Comitê não procurou se relacionar com as demais associações de produtores do município ou da região. Ao contrário, resistiu em filiar novas associações que o solicitaram. Da mesma maneira, somente manifestou, muito recentemente, interesse em se envolver com o movimento social e político na escala do estado ou da região (Central de Informação aos Produtores, sindicatos, movimentos associativos). No caso do Município de Juazeiro, o Comitê era oficialmente membro fundador (e representante) da Unidade de Planejamento Agropecuário (Upagro), do Município de Juazeiro. Mas quase não participou das reuniões e debates, porque seus dirigentes acharam que não oferecia nenhuma vantagem com relação aos canais de negociação tradicionais mantidos com a Prefeitura. Porém, quando tratou-se de agilizar a outorga de créditos pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, o Comitê juntou-se ao movimento de reivindicação dos "fundos de pasto" e da reforma agrária.

Resultados e dificuldades

A evolução das associações comunitárias

Além de garantir a propriedade legal das terras comunitárias, a ação de fomento às associações vinculou-se à de apoio à produção agropecuária (assistência técnica, crédito, subsídios para infra-estruturas comunitárias). Os financiamentos foram obtidos essencialmente com os Programas de Apoio ao Pequeno Produtor da Sudene (Papp-APCR). Foram construídas casas de farinha associadas a roças comunitárias de mandioca, cisternas comunitárias ou individuais, barreiros, açudes e cercas.

Pode-se dizer que durante esses 10 anos (85-96) mediante a presença da extensão rural e da pesquisa, com algumas oportunidades de financiamento, as associações funcionaram como representação das comunidades perante a administração pública. Elas traziam benefícios à população na forma de infra-estruturas ou equipamentos comunitários. Entre 90 e 94 houve um período de redução dos financiamentos públicos e, portanto, da assistência técnica oficial provocando uma diminuição ou até uma paralisação das atividades em algumas das associações.

A experiência do Comitê de associações

O Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca pode ser considerado um resultado significativo desse longo percurso de ação integrada, na região, entre as associações, a pesquisa, a extensão, as ONGs etc. Primeiro, por reunir nove organizações de pequenos agricultores em torno de um único objetivo, o desenvolvimento local e, segundo, por sua busca de autonomia para tentar resolver os problemas locais, podendo-se citar como exemplo:

O projeto de crédito alternativo

Esse projeto contribuiu para fortalecer algumas inovações técnicas e sócio-econômicas e, sobretudo, permitiu o acesso a investimentos e custeios que dificilmente teriam sido atendidos pelo crédito oficial (animais, cercas, culturas). Como qualquer financiamento, contribuiu também para a

aceleração da diferenciação sócio-econômica entre os produtores dessa região.

A experiência do crédito foi interrompida em 93, quando a terrível seca levou o Comitê a investir grande parte do saldo do fundo em um caminhão para assegurar o transporte d'água e teve que estender prazos para o ressarcimento dos empréstimos. A experiência foi útil. Depende, agora, do Comitê estabelecer os meios de renová-la, começando por exigir o pagamento das dívidas contraídas, em atraso. Isso constitui um verdadeiro processo de aprendizagem das dificuldades de gestão de atividades econômicas coletivas.

O projeto caminhão: aquisição e administração

Em 1993, o Comitê investiu parte dos recursos do crédito para complementar os recursos provenientes da Serra Seranne[7] para aquisição de um caminhão, com o objetivo de abastecer as comunidades com água, em face da grande seca que assolava a região. Submetidos às condições impostas comumente pelos carros-pipas oficiais, os agricultores dessa região conseguiram com o caminhão uma autonomia, já que eles próprios o administravam. Outrossim, pode-se dizer que o caminhão representou o aspecto mais concreto do sentido da "organização" pois, em torno dele, teve que ser pensada a forma de uso e de administração de um equipamento coletivo: prioridades, responsabilidade e amortização, uma vez que era um patrimônio comum.

Foi o caminhão o ponto de partida de explosão de todos os problemas até então camuflados da organização. Em torno dele, emergiram grandes questões que deram sentido à estrutura do Comitê, vista até então como a instituição manejando o crédito para as comunidades. O caminhão serviu também de base para a participação mais acentuada dos jovens no Comitê e, principalmente das mulheres, já que a água lhes diz muito respeito. Começou, então, em torno desse bem palpável e coletivo uma série de dificuldades que foram servindo de experiência de gestão de atividades

[7] Serra Seranne é uma associação francesa, criada na região de Montpellier especificamente para ajudar as comunidades de Massaroca. É, hoje, a principal parceira do Projeto Massaroca.

econômicas, sociais e coletivas. Os jovens, em particular, foram chamados para registrar e manejar as contas da administração do caminhão e, logo, de um trator, propiciando sua participação progressiva nas atividades do Comitê.

O projeto do lote irrigado

O impacto das diversas secas, como a de 83, e da sucessão de anos com importante déficit pluviométrico, levou o Comitê a se preocupar com o acesso à irrigação. Entre os técnicos que apoiavam o projeto, existiam duas tendências: favorecer as experiências de irrigação de salvação localizada a partir de poços (e, eventualmente, barreiros) ou ter acesso a terras irrigadas, perto do rio ou nos perímetros irrigados.

As duas experiências foram realizadas. Os primeiros resultados limitados não permitiram uma avaliação definitiva. A participação do Comitê na aquisição de um lote irrigado, situado em Petrolina, no perímetro Senador Nilo Coelho, e o retorno financeiro obtido com fruticultura, incluindo uva de mesa, foram possíveis graças ao financiamento da Cooperação Descentralizada da Região de Montpellier (França) e de um grupo de agricultores franceses dessa zona. A gestão desse lote irrigado deverá ser transmitida ao Comitê num período de 10 anos de experiência de acompanhamento pela associação de agricultores franceses, a partir do ano 2003.

O projeto do centro de formação rural de Massaroca

O comitê é co-responsável pela implantação, em Massaroca, de um projeto de capacitação rural alternativo, contemplando o eixo escolar (1º grau maior), o curso supletivo e um eixo de educação de adultos (cursos profissionalizantes): formação de dirigentes, gestão de projetos, entre outros.

O eixo escolar estruturou-se em torno da criação de uma escola experimental rural (alternância entre escola e trabalho na propriedade familiar), baseada em pedagogia multidisciplinar e adaptada à realidade local. Iniciada em 95, já funcionavam as turmas de 5ª e 6ª séries, em 96, faltando a 7ª e a 8ª séries, previstas para 97 e 98. O eixo de educação de adultos

proporciona a realização de uma série de cursos de caráter prático, técnico e/ou profissionalizante (artesanato de couro, manutenção de motores, construção de cisternas, alimentação, tratamento dos animais, esfola das peles e corte de carne etc.).

A escola rural e o conjunto do Centro de Formação têm contribuído muito para a afirmação da emancipação do Comitê das Associações. Hoje, este tornou-se o interlocutor privilegiado na região para a administração municipal, estadual, para a extensão rural e a pesquisa agropecuária.

Nesse último quadro foram experimentadas uma série de inovações tecnológicas, metodológicas e institucionais em termos de desenvolvimento rural, com o apoio da Embrapa e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário-EBDA. Os trabalhos mais importantes têm a ver com a pecuária (manejo da caatinga, cultivos forrageiros, criação de ovinos e caprinos, sanidade animal etc.). Os recursos hídricos (barreiros, cisternas, pequena irrigação com cata-vento) e os métodos participativos de difusão de inovações, planejamento e organização local (grupos de interesse temáticos).

Os problemas e a sua expressão

Depois da grande seca de 93, houve uma retomada do apoio às organizações das associações comunitárias com acompanhamento mais sistemático por parte da equipe de técnicos, tendo sido possível observar os seguintes aspectos: a não participação dos delegados das comunidades nas reuniões do comitê; a não realização de reuniões comunitárias; a redução das atividades; o atraso ou a ausência de processo de renovação das diretorias que coincidiu também com um período de afastamento dos técnicos.

Diversas causas foram identificadas para esses fatores. A centralização das decisões, das ações e das informações no Comitê foi a mais invocada. Houve, de fato, uma monopolização da representação pelo Comitê frente ao exterior com certa passividade das associações em alguns casos. Foram os presidentes das associações que formaram a primeira diretoria do Co-

mitê. Como conseqüência, houve falta de circulação da informação do Comitê para as associações e no seio das associações. Por outro lado, coincidiu com uma relativa escassez de recursos nos órgãos técnicos (projetos especiais e crédito agrícola) e, portanto, com o afastamento dos técnicos dos diversos órgãos por falta de recursos ou por frustração. Finalmente, houve uma "parada" do crédito do Comitê por problemas de gestão do fundo rotativo (não ressarcimento de R$ 30.000), associada a problemas de participação e capacitação das associações de base, originada pela falta de fiscalização e de controle social do Comitê.

Essa situação provocou algumas conseqüências negativas para a organização como a indefinição das responsabilidades e deveres dos líderes das associações e delegados de comunidades, a indefinição do papel do Comitê e do papel das associações, o acúmulo de funções entre diretoria do Comitê, Comissão de Crédito e manejo do Fundo de Crédito (gestão, decisão, operacionalização), e indefinição de cargos e funções comunitárias permitindo satisfazer privilégios ou interesses pessoais de alguns líderes.

De fato, tanto nas associações como no Comitê, a apropriação das organizações pela base (as comunidades, no caso das associações; as associações, no caso do Comitê) ainda era insuficiente. Existia um distanciamento do Comitê em relação às associações comunitárias, deixando de oportunizar a integração das mulheres e dos jovens e de promover a capacitação de seus dirigentes e sócios. Isso foi particularmente sensível no caso da gestão dos projetos e das relações externas. A própria dificuldade em assegurar a gestão dos recursos dos financiamentos e dos projetos manejados pelo Comitê foi um motivo a mais para a diretoria não deixar circular a informação de maneira transparente.

Os problemas da não circulação da informação têm várias causas. Entre as principais, podem ser citadas: a falta de prática de gestão das organizações e de transmissão da informação; a tentativa de conservar o poder por parte da primeira diretoria do Comitê (diretamente ou manipulando "representantes"); o papel da intervenção externa, preponderante na criação das associações comunitárias (o estado) como do Comitê (a cooperação internacional). Indiretamente, teve a ver com o relacionamen-

to com as organizações pares, ou a entrada de novas associações comunitárias no Comitê. O motivo alegado para a não inclusão foi sempre a falta de recursos e a prioridade para o fortalecimento da estrutura existente. De fato, depois do fim do crédito público (final dos anos 80) e com a interrupção do crédito alternativo, ocorreu uma fase de crise de acesso aos financiamentos. Segundo os técnicos, como o Comitê se beneficiava de certo prestígio, era precisamente o momento de crescer, de estender a dinâmica da união às demais organizações de pequenos produtores do município e do estado para poder reivindicar recursos. Houve até o espaço "privilegiado" da Unidade de Planejamento Agropecuário de Juazeiro (Upagro) para favorecer uma representação municipal dos pequenos agricultores organizados e a negociação de projetos. O Comitê, membro fundador de direito, participou apenas de maneira esporádica dessa entidade.

Ao contrário das orientações apoiadas pelos técnicos, o Comitê adotou uma estratégia estritamente local, chegando até a ser substituto das associações comunitárias. A maioria delas, talvez acostumadas a uma intervenção assistencialista do estado, reagiu com certa cumplicidade ou passividade. De fato, houve uma conjunção entre a redução da atividade, da dinâmica das associações comunitárias e uma crise de crescimento do Comitê que teve, às vezes, algumas dificuldades em gerir os diversos projetos e os financiamentos recebidos, ocasionando críticas ou queixas por parte de alguns membros das comunidades.

Finalmente, a partir de 95, com a influência da emergência de jovens lideranças, da participação das mulheres e da renovação da Diretoria, o Comitê tomou uma dinâmica de abertura e de cooperação. Participou ativamente do movimento da agricultura familiar no Estado da Bahia, investiu em novas visitas de intercâmbio e, sobretudo, na formação dos dirigentes e dos jovens. A maioria dos financiamentos gerados pelo lote irrigado é dedicada ao Centro de Formação de Massaroca. Hoje, o Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca negocia com as entidades regionais e estaduais a implementação de infra-estruturas de beneficiamento dos produtos locais (carne e leite de caprinos, entre outros) por meio da cooperação com associações de produtores de municípios vizinhos : Jaguarari e Uauá.

Considerações Finais

A dinâmica de organização das comunidades de Massaroca é caracterizada, antes de tudo, pela capacidade de adaptação dos agricultores à evolução e à variabilidade das condições de produção. Além da adaptação ao ambiente agroecológico particularmente flutuante, é notável sua adaptação ao contexto econômico, em particular pelos sistemas da pecuária mista e da sucessão de ciclos de culturas de venda, para complementar a renda familiar.

Finalmente, essa capacidade de adaptação é tanto social quanto técnica, sobretudo diante das importantes mudanças institucionais e sócio-econômicas dos últimos 30 anos.

A fase das associações comunitárias é característica do modelo de desenvolvimento assistencialista dos anos 80. A experiência do Comitê pode ser considerada como uma exceção na Região Nordeste e, portanto, constitui uma referência bastante original.

Num contexto igualmente original, associando a intervenção integrada da pesquisa agropecuária, da extensão rural estadual e não governamental num processo participativo, a maioria dos dirigentes das associações aproveitaram o apoio ou a presença dos técnicos para projetar um plano comum de desenvolvimento local. Apesar de dificuldades de acesso à informação, de problemas de manejo e de administração dos projetos ou de domínio das regras do mercado, importantes benefícios coletivos e individuais foram obtidos por intermédio da dinâmica de desenvolvimento local: infra-estrutura de educação, de recursos hídricos, acesso ao crédito, assistência técnica, capacitação.

A fase de acompanhamento e capacitação tem contribuído para corrigir em parte as distorções e diferenciações evidenciadas durante as primeiras avaliações, em conseqüência de uma apropriação seletiva e desigual dos recursos externos e da assistência técnica. Entre outros ensinamentos, os agentes de desenvolvimento envolvidos no processo têm destacado várias contribuições dessa experiência de acompanhamento e de promoção da emancipação das organizações locais.

Houve um importante processo de circulação de informação, de apropriação de inovações e de responsabilização das estruturas locais, o que tem contribuído para uma maior autonomia das organizações comunitárias. Durante esse processo de tomada de responsabilidade e de planejamento local, houve um melhor entendimento das relações entre técnicos (Pesquisa e Desenvolvimento) e produtores, em particular dos dirigentes, assim como um esclarecimento das funções, do papel e dos limites de cada um. Mesmo assim, após dez anos de prática e de apoio à decisão, esse processo de emancipação e de redução da ação dos técnicos não se realizou sem dificuldades, o que demonstra a importância de uma metodologia adaptada. É, portanto, imprescindível dispor de instrumentos pedagógicos e metodológicos bem preparados e apropriados à diversidade ou à especificidade dos produtores, principais atores dessa ação.

Referências Bibliográficas

CARON, P.; PREVOST, F.; GUIMARÃES FILHO, C.; TONNEAU, J.P. *Prendre en compte les stratégies des éleveurs dans, l'élaboration d'un projet de développment:* le cas d'une petite région du Sertão brésilien. Saragosse: INRA-SAP/IAM, 1992. 14p.

COULMIN, P. *La décentralisation;* la dynamique du développement local. Paris: Syros/Adels, 1986. 250p.

BARROS, E.R. *Pequenos produtores frente às novas condições de produção e (re) produção no Vale do Salitre (BAHIA).* Porto Alegre: UFRGS,1992. Tese de Mestrado.

EBDA. *Diagnóstico das comunidades rurais de Massaroca.* Juazeiro-Ba., 1994.

EMBRAPA. Unidade Regional de Capacitação e de Apoio ao Desenvolvimento Rural. *Estudo de itinerário de desenvolvimento. o caso da comunidade de Lagoinha. Distrito de Massaroca - Juazeiro-BA.* Petrolina, 1994. 52p. Anexos - mapas.

EMBRAPA. Unidade Regional de Capacitação e de Apoio ao Desenvolvimento Rural (Petrolina, PE). Seminário sobre "Espaço, Desenvolvimento Rural e Assistência Técnica". Petrolina, 1993. 23p. (URCA-NE. Documento de Trabalho, 1).

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

POUDEVIGNE, J.; RICHE, G.; TONNEAU, J.P.; VIEIRA, V.J. de S.; SILVA, C.A. da; CERQUEIRA, W.L.L.; SILVA,E.B. da; COELHO,E.M. *Massaroca:* uma experiência de planejamento comunitário. Petrolina: Embrapa-CPATSA/EMATER-BA, 1989, Mimeografado.

ROLIM, A.N. *Fundo de pasto, um projeto de vida sertaneja.* Salvador: CAR-INTERBA-UFBA, 1987. 110p.

SANTANA, R.A. de; OLIVEIRA, J.S. de; CARON, P. *O zoneamento por entrevista de "pessoas chaves", proposta metodológica para subsidiar o planejamento municipal,* Petrolina: ADAC/CIRAD-SAR, 1994. 22p.

SPERRY, S. Estudos e métodos para o acompanhamento e apoio às organizações de produtores. Petrolina: Embrapa-CPATSA, 1996. 32p. Texto de palestra proferida em Petrolina, em 12/09/96.

TONNEAU, J.P. *Modernisation des espaces ruraux et paysanerie.* Le cas du Nordeste du Brésil. Nanterre, França: Universidade de Paris X, 1994. 383p. Tese de Doutorado.

UPAGRO-Unidade de Planejamento Agrícola. *Zoneamento das unidades de Desenvolvimento do Município de Juazeiro.* Juazeiro: UPAGRO/ADAC, 1995, 167p.